EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA, SOBRETUDO NA ESCOLA PÚBLICA, PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

RAQUEL DE SOUZA NASCIMENTO

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como a "Constituição Cidadã", é um marco importante na história do Brasil, pois trouxe avanços significativos em diversas áreas, incluindo a educação. Um dos princípios fundamentais da Constituição de 1988 é a garantia da educação como um direito fundamental de todos os cidadãos. Neste texto, exploraremos como a Constituição de 1988 estabeleceu e protegeu o direito à educação no Brasil, destacando sua importância e impacto na sociedade, tendo como destaque o percurso da gestão democrática para o desenvolvimento da cidadania, sobretudo, na escola pública.

DESENVOLVIMENTO

A educação como um direito fundamental foi consagrada no artigo 6º da Constituição de 1988, que estabelece que a educação é um dos pilares do Estado brasileiro e tem o dever de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esse artigo, juntamente com outros dispositivos constitucionais, estabeleceu as bases para a construção de um sistema educacional inclusivo e de qualidade no país.

A Constituição de 1988 também estabeleceu a obrigatoriedade do ensino fundamental e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, o que significou um avanço significativo na democratização do acesso à educação. Além disso, a Carta Magna estabeleceu que a União, os estados e os municípios têm a responsabilidade de colaborar para a promoção da educação em todos os níveis, o que implicou na descentralização do sistema educacional e na divisão de responsabilidades entre os entes federativos.

A Constituição de 1988 também introduziu o princípio da gestão democrática do ensino, garantindo a participação da comunidade escolar na gestão das instituições de ensino. Isso fortaleceu a participação dos pais, alunos e professores na tomada de decisões, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação e o envolvimento da sociedade na formação das novas gerações, afastou-se aqui da ideia do gestor como “dono” da unidade escolar.

Outro avanço importante introduzido pela Constituição de 1988 foi a inclusão da educação como um direito social, tornando a educação não apenas uma questão individual, mas também uma responsabilidade do Estado em promover e garantir o acesso universal a uma educação de qualidade. Esse reconhecimento da educação como um direito social implica em políticas públicas que buscam reduzir as desigualdades educacionais e promover a equidade, assegurando que todos tenham a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial, ou seja, que por meio da educação se desenvolvam integralmente.

A Constituição de 1988 também estabeleceu o princípio da valorização dos profissionais da educação, reconhecendo a importância dos professores e demais profissionais da área para o desenvolvimento do país. Isso levou à criação de diretrizes para a formação e valorização dos profissionais da educação, bem como a busca por melhores condições de trabalho e remuneração, criando pisos salariais e planos de carreira.

Além disso, a Constituição de 1988 assegurou a autonomia universitária, permitindo que as instituições de ensino superior desenvolvam suas atividades de pesquisa, ensino e extensão de forma independente, o que contribui para a produção de conhecimento e o avanço da ciência e tecnologia no país. No entanto, apesar dos avanços estabelecidos pela Constituição de 1988, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos na área da educação. A desigualdade educacional persiste, com disparidades entre as regiões do país e dentro das próprias cidades. A qualidade da educação ainda é uma preocupação, e o acesso à educação infantil, por exemplo, continua sendo uma questão não plenamente resolvida.

Além disso, a falta de investimento adequado na educação, a burocracia excessiva e a falta de políticas públicas eficazes são obstáculos a serem superados para alcançar plenamente o ideal estabelecido pela Constituição de 1988. A falta de financiamento adequado e a má gestão de recursos são desafios que o país precisa enfrentar para garantir a efetivação do direito à educação.

Em resumo, a Constituição de 1988 estabeleceu a educação como um direito fundamental, promovendo avanços significativos na democratização do acesso à educação e na valorização dos profissionais da área. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios para garantir a qualidade, a equidade, inclusão e o pleno desenvolvimento da educação no país. A educação continua sendo um dos principais instrumentos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e a Constituição de 1988 desempenhou um papel crucial na promoção desse direito fundamental.

A gestão democrática na educação é um conceito essencial que busca garantir a participação ativa da comunidade escolar

nas decisões que afetam o sistema de ensino. Trata-se de um modelo que visa promover a democracia, a transparência e a responsabilidade nas escolas e instituições de ensino, reconhecendo a importância da colaboração entre todos os atores envolvidos na educação.

FUNDAMENTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO

Participação Ativa: Um dos pilares da gestão democrática é a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional, incluindo alunos, pais, professores, funcionários e a comunidade local. A ideia é que as decisões não sejam tomadas de forma autoritária, mas sim por meio de diálogo e consenso.

Transparência: A gestão democrática exige que todas as informações relevantes sejam compartilhadas de forma transparente. Isso inclui orçamentos, planos de aula, projetos pedagógicos e políticas escolares. A transparência permite que todos os envolvidos entendam as decisões tomadas e contribuam de maneira informada.

Responsabilidade Compartilhada: Com a participação de diferentes partes interessadas, a responsabilidade pela qualidade da educação é compartilhada. Isso significa que todos têm um papel ativo na melhoria do sistema de ensino, incluindo a identificação de problemas e a busca por soluções.

Respeito à Diversidade: A gestão democrática reconhece a diversidade de perspectivas, experiências e necessidades de cada grupo envolvido na educação. Isso implica em criar ambientes inclusivos que respeitem as diferenças e promovam a igualdade de oportunidades.

PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO

Autonomia da Escola: A gestão democrática pressupõe que as escolas tenham autonomia para tomar decisões pedagógicas e administrativas de acordo com as necessidades locais. Isso permite que as escolas se adaptem a realidades específicas e inovem em suas práticas.

Conselhos Escolares: A criação de conselhos escolares é uma ferramenta importante da gestão democrática. Esses conselhos são compostos por representantes da comunidade escolar e têm a função de tomar decisões, fiscalizar a aplicação de recursos e contribuir para o desenvolvimento da escola.

Participação de Alunos: Os alunos têm um papel ativo na gestão democrática. Eles devem ser ouvidos, envolvidos em decisões que afetam seu cotidiano escolar e

incentivados a participar de atividades de liderança estudantil.

Transparência Orçamentária: A gestão democrática envolve a prestação de contas financeiras claras, permitindo que todos tenham visibilidade sobre como os recursos estão sendo utilizados.

DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO

Apesar dos inúmeros benefícios da gestão democrática na educação, ela enfrenta desafios significativos. Alguns dos principais obstáculos incluem:

Cultura Autoritária: A transição de modelos autoritários para modelos democráticos pode encontrar resistência por parte de gestores e profissionais da educação acostumados a tomar decisões de forma centralizada.

Falta de Formação: Muitas escolas e gestores podem não estar devidamente preparados para adotar práticas de gestão democrática. A formação e capacitação são fundamentais para a implementação bem-sucedida.

Recursos Limitados: A gestão democrática pode ser mais exigente em termos de tempo e recursos, o que pode ser um desafio em escolas com recursos limitados.

Participação Efetiva de Todos: Garantir a participação efetiva de todos os envolvidos na comunidade escolar pode ser um desafio, especialmente quando se trata de envolver pais e membros da comunidade.

Conflitos e Tomada de Decisões: A gestão democrática pode levar a conflitos e desafios na tomada de decisões, uma vez que diferentes interesses e perspectivas podem colidir. A habilidade de mediação e negociação se torna essencial.

A gestão democrática na educação é uma abordagem fundamental para construir sistemas de ensino mais justos, eficazes e participativos. Embora enfrente desafios, seu potencial para melhorar a qualidade da educação e envolver a comunidade na formação das novas gerações a torna uma meta importante a ser perseguida em todo o mundo.

A gestão democrática no ensino público é um conceito fundamental que visa promover a participação ativa da comunidade escolar na administração, tomada de decisões e no aprimoramento da educação. Esse modelo de gestão é uma resposta aos princípios democráticos e aos direitos humanos, reconhecendo que a educação de qualidade é um bem público que deve ser acessível a todos e influenciado por todos os atores envolvidos no processo educacional.

Um dos princípios centrais da gestão democrática são os colegiados, é preciso fortalecê-los, dentre outros podemos citar,

o Grêmio Estudantil, Conselho de Escola, Mediação de Conflitos, CIPA, APM, CRECES e outros. Destaca-se como um pilar, a transparência, nas informações, nas pesquisas de mercado, no uso da verba pública, e no processo de prestação de contas. Gerir o dinheiro público requer a transparência na administração, sobretudo, com os programas federais de repasse de verba direto para as unidades escolares, essa política pública visa dar mais autonomia e voz às escolas e suas comunidades, ao mesmo tempo que esses políticas se fortalecem, aumenta a responsabilidade da tomada de decisão de maneira assertiva, clara e a necessidade de transparência na prestação de contas, bem como uma discussão democrática para estabelecimento do plano de gastos.

A participação estudantil na gestão democrática deve ser incentivada, os Grêmios e demais agremiações estudantis devem ter participação ativa nas decisões, dessa forma todo o ambiente escolar é afetado positivamente.

A equidade e a inclusão também são bases da gestão democrática. Uma gestão não autoritária e centralizadora promove a equidade na educação, garantindo que todos os alunos tenham acesso equitativo a oportunidades educacionais de qualidade. Também reconhece e respeita a diversidade, criando ambientes inclusivos que atendem às necessidades de todos os estudantes, independentemente de sua origem étnica, gênero, orientação sexual ou habilidades.

VANTAGENS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ENSINO PÚBLICO

Melhoria da Qualidade da Educação: A participação ativa de todos os envolvidos na educação ajuda a identificar problemas e encontrar soluções mais eficazes. Isso pode levar a um ambiente de ensino-aprendizagem mais eficiente e inovador.

Empoderamento da Comunidade Escolar: A gestão democrática fortalece a voz dos pais, alunos e professores na tomada de decisões. Isso cria um senso de responsabilidade compartilhada e empoderamento, já que eles se tornam parte ativa na construção de políticas e práticas educacionais.

Aproximação entre a Escola e a Comunidade: A gestão democrática promove a colaboração entre a escola e a comunidade local, estabelecendo parcerias que podem enriquecer o ambiente de ensino e ampliar as oportunidades de aprendizado.

Desenvolvimento de Habilidades Cidadãs: A participação ativa na gestão democrática ajuda os estudantes a desenvolverem habilidades de cidadania, como o pensamento crítico, a tomada de decisões informadas e o respeito à diversidade de opiniões.

Estratégias para Implementar a Gestão Democrática no Ensino Público

Capacitação: Oferecer formação e capacitação para todos os envolvidos na gestão democrática é essencial para garantir que compreendam os princípios e as práticas envolvidas.

Conselhos Escolares: Estabelecer conselhos escolares com representantes da comunidade escolar para tomar decisões importantes e fiscalizar a administração da escola.

Assembleias e Fóruns: Promover a realização de assembleias, fóruns e reuniões regulares envolvendo pais, alunos e professores para debater questões educacionais.

Comunicação Eficaz: Garantir que as informações sejam comunicadas de forma eficaz para que todos compreendam os processos de tomada de decisões e as políticas escolares.

Avaliação Constante: Realizar avaliações regulares para medir o impacto da gestão democrática e fazer ajustes conforme necessário.

A gestão democrática no ensino público é uma abordagem fundamental para melhorar a qualidade da educação, envolver a comunidade na escola e fortalecer a cidadania. Embora enfrente desafios, o potencial de desenvolvimento de cidadãos críticos, ativos e informados torna essa abordagem essencial na construção de sistemas educacionais justos e inclusivos. Ela coloca a educação como uma responsabilidade coletiva e um bem público, contribuindo para o progresso da sociedade como um todo.

A relação entre educação e cidadania é intrínseca e profunda, sendo a educação um dos principais meios para o empoderamento dos indivíduos, o desenvolvimento de sua consciência crítica e a promoção da transformação social.

A educação é um poderoso instrumento de empoderamento. Quando os indivíduos têm acesso a uma educação de qualidade, eles adquirem conhecimentos, habilidades e competências que lhes permitem tomar decisões informadas e exercer seus direitos de forma eficaz. A educação oferece ferramentas para a melhoria das condições de vida, o desenvolvimento pessoal e a busca por oportunidades de crescimento.

Além disso, a educação amplia as perspectivas das pessoas, permitindo que elas compreendam melhor o mundo ao seu redor. O acesso à informação e ao conhecimento dá aos cidadãos a capacidade de analisar criticamente os eventos, entender questões complexas e participar de debates informados. O empoderamento por meio da educação não se limita apenas à esfera individual, mas tem implicações para a sociedade como um todo.

A EDUCAÇÃO DESEMPENHA UM PAPEL FUNDAMENTAL NA PROMOÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA.

Ela possibilita aos indivíduos questionarem, analisar e avaliar informações, ideias e políticas. Por meio da educação, as pessoas podem desenvolver a capacidade de pensar de forma crítica e independente, discernir entre diferentes perspectivas e tomar decisões informadas.

Uma consciência crítica é essencial para a participação cidadã eficaz. Os cidadãos informados são mais propensos a se envolver em atividades cívicas, votar, fazer parte de organizações da sociedade civil e defender seus direitos. A educação também promove o entendimento das questões sociais, políticas e econômicas, o que é fundamental para a formulação de políticas públicas e para o debate democrático.

A educação desempenha um papel vital na transformação social. Quando os cidadãos são empoderados e possuem consciência crítica, eles estão mais aptos a desafiar a injustiça, a desigualdade e a opressão. A educação permite que as pessoas se tornem agentes de mudança e contribuam para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

A educação também é um pilar da democracia. Uma sociedade democrática depende de cidadãos informados, ativos e participativos. O sistema democrático se beneficia quando os cidadãos têm a capacidade de avaliar as políticas governamentais, eleger representantes responsáveis e defender seus direitos e interesses.

Além disso, a educação desempenha um papel vital na promoção da tolerância, do respeito pela diversidade e da resolução pacífica de conflitos. Ela contribui para a coesão social, permitindo que pessoas de diferentes origens culturais, étnicas e sociais convivam de forma harmoniosa.

Embora a educação seja um meio poderoso para a cidadania, existem desafios significativos a serem superados. A desigualdade no acesso à educação de qualidade é uma preocupação global. Muitas pessoas em todo o mundo ainda enfrentam barreiras econômicas, sociais e culturais que impedem seu acesso à educação. A falta de financiamento adequado, infraestrutura educacional precária e a qualidade variável da educação são obstáculos a serem superados.

Além disso, a educação nem sempre é projetada para promover a consciência crítica e a participação cidadã. Em alguns casos, o sistema educacional pode ser centrado em exames e avaliações padronizadas, deixando de lado a ênfase na formação de cidadãos ativos e críticos.

CONCLUSÃO

A relação entre educação e cidadania é inegável. A educação capacita os indivíduos, promove a consciência crítica e é essencial para a construção de sociedades democráticas e justas. O acesso à educação de qualidade deve ser uma prioridade global, e os sistemas educacionais devem ser projetados para desenvolver cidadãos ativos, participativos e conscientes. À medida que investimos na educação, estamos investindo no empoderamento, na transformação social e na construção de um mundo mais igualitário e democrático. Portanto, a educação e a gestão democrática nas unidades escolares não são apenas um meio para a cidadania, mas também alicerces fundamentais para o progresso da humanidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 205.

FOCHI, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário: comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre: Penso, 2015. DEWEY, John. Experiência e educação. Tradução de Renata Gaspar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.